

Estrutura social e segmentação do espaço metropolitano. Um retrato da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2000

*Rosetta Mammarella**
*Tanya M. de Barcellos***

Resumo

O texto apresenta um retrato da segmentação social do espaço metropolitano de Porto Alegre no ano de 2000, construído com base em uma tipologia socioespacial. Buscou-se identificar os principais traços que marcam a configuração que está emergindo na metrópole gaúcha, tendo por referência o quadro de mudanças que se instala a partir dos anos 70. Isso foi obtido efetuando-se o cruzamento entre categorias socioocupacionais e áreas de ponderação, menor unidade espacial que o IBGE disponibilizou para os resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000.

A análise mostrou que a estrutura socioespacial da região é altamente influenciada pelas ocupações da indústria e pelas categorias dos profissionais de nível superior, demarcando uma dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual na configuração metropolitana. Ao mesmo tempo, verificou-se que existe uma coerência entre a tipologia e a distribuição das atividades produtivas no território metropolitano.

Palavras-chave: segregação socioespacial; metrópoles; estrutura social; Região Metropolitana de Porto Alegre; estratificação socioocupacional.

* Socióloga e técnica da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-FEE. E-mail: rosetta@fee.tche.br

** Socióloga e técnica da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-FEE. E-mail: barcellos@fee.tche.br

Abstract

This paper analyses the social and spatial stratification in the Metropolitan Area of Porto Alegre, Brazil. A typology of areas was constructed by applying factorial analysis and hierarchic classification, crossing the occupational data with the areas defined in the last Demographic Census. A hierarchy of spaces highly influenced by industrial occupations and intellectual professionals was identified. Evidence of close relations between the different types of areas and the levels of concentration was also found, as well as the localization on the metropolitan territory of the economic activities of industry, services, and agriculture sectors.

Key-words: social and spatial segregation; metropolitan areas; social and occupational stratification; social structure; Metropolitan Region of Porto Alegre.

Introdução

Este texto tem por finalidade apresentar um retrato da segmentação social do espaço metropolitano de Porto Alegre no ano de 2000.¹ Pretende-se identificar os principais traços que marcam a configuração social e espacial que está emergindo na metrópole gaúcha, tendo por cenário de referência o quadro de mudanças que se instala a partir dos anos 70 e, com maior visibilidade, durante os 80, com a reestruturação econômica, social e política em âmbito mundial.

A hipótese principal que norteia esta abordagem vem sendo discutida exaustivamente na bibliografia recente, e diz respeito à tendência de segregação socioespacial que se aprofunda nas grandes aglomerações urbanas. Em grande parte isso se evidencia na opção crescente dos ricos e de parcelas das camadas médias pela residência

¹ Integrado ao Projeto “Observatório das Metrôpoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática (CNPq, Instituto do Milênio), o estudo dá seqüência a análises realizadas sobre o tema com foco nos anos de 1980 e 1991 (Mammarella, Barcellos, Koch, 2004). Informações sobre o Observatório das Metrôpoles, ver em <http://www.ippur.ufjf.br/observatorio/>.

Uma versão deste artigo foi apresentado no XXV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS, a realizar-se em Porto Alegre, RS de 22 a 26 de agosto de 2005. Na discussão e definição da tipologia da RMPA as autoras contaram com a participação da Arq. Mirian Regina Koch, membro da equipe responsável pela pesquisa sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre na FEE.

em bairros cada vez mais elitizados e auto-suficientes e em “condomínios fechados”, promovendo um isolamento em relação ao resto da população. Fala-se em auto-segregação das elites. Por outro lado, a moradia em áreas precárias do ponto de vista do acesso aos benefícios urbanos aparece como alternativa também sempre mais frequente para os segmentos que se situam na base da pirâmide social.²

Trata-se, fundamentalmente, de construir uma tipologia dos diferentes espaços que conformam a região, partindo da estratificação social de sua população. Para isso, foi efetuado um trabalho estatístico que correlaciona categorias sócio-ocupacionais, definidas a partir de uma classificação das ocupações, com áreas de ponderação (ou Áreas de Expansão dos Dados da Amostra – AEDs), menor unidade espacial que o IBGE disponibilizou para os resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000, onde a ocupação da população com 10 anos ou mais foi levantada. O pressuposto nessa escolha metodológica, como se verá mais adiante, é de que o trabalho tem papel estruturador da sociedade (Ribeiro e Lago, 2000).

O texto foi organizado em três partes. A primeira refere-se a aspectos importantes da metodologia, no que diz respeito à construção da tipologia de 2000, que apresentou particularidades importantes quanto à conformação geográfica da RMPA; à utilização de recortes espaciais intra-urbanos para efetuar as análises e ao conceito e classificação das ocupações utilizadas pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000. A segunda parte analisa a estrutura socioocupacional da metrópole balizada pelos parâmetros propostos pela bibliografia recente sobre as cidades globais, que aponta para a redução das categorias médias e operárias e o aumento das camadas superiores e de trabalhadores pouco especializados. Por fim, a terceira parte é dedicada a apresentar os resultados da tipologia socioespacial da metrópole gaúcha, construída ao nível intra-urbano, e a traçar o perfil social dos tipos de áreas que foram identificados, buscando detectar aspectos da segregação urbana.

² Sobre essas tendências do fenômeno metropolitano, ver Ribeiro (2000).

Anotações sobre a metodologia

A primeira questão que se deve comentar é a própria configuração espacial da RMPA, cujas mudanças na composição territorial, com o ingresso de novos municípios após 1991, implicou uma maior complexidade na expressão do urbano e em sua análise, uma vez que os perfis desses municípios não são tipicamente urbanos. Além disso, esse processo, que pode ser definido como de “inchaço”, contribui, como diz Vasata (2005), para tornar ainda mais difícil a formatação de um modelo institucional capaz de responder às necessidades crescentes das regiões metropolitanas.

Embora a criação das Regiões Metropolitanas no Brasil, nos anos 70, tenha se orientado por critérios que privilegiaram a concentração econômica e populacional e a contigüidade dos territórios das unidades que as compunham, as mudanças que se seguiram à promulgação da Constituição Federal de 1988 nem sempre respeitaram essas características. O artigo 25 atribui aos estados a competência para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, bem como para estabelecer as funções públicas de interesse comum dos municípios que compõem essas áreas (ibid.).

A partir de então, fatores políticos passaram a pesar mais nas decisões, fazendo com que muitas das novas regiões metropolitanas que se criaram apresentassem um formato não metropolitano, como está demonstrado em estudo recente realizado pelo Observatório das Metrôpoles, onde se verifica que, das 26 Regiões Metropolitanas oficiais existentes no Brasil atualmente, apenas 14 podem ser classificadas efetivamente como de caráter metropolitano (Ribeiro, 2004a). Mas, mesmo nessas últimas, as ampliações nos seus limites territoriais acabaram comprometendo o desenho inicialmente instituído. Ou seja, nem todos os municípios que integram oficialmente uma região metropolitana atendem aos critérios definidores de uma aglomeração metropolitana, ou seja, de “mancha de ocupação contínua ou descontínua diretamente polarizada por uma metrópole onde se realizam as maiores intensidades de fluxos e as maiores densidades de população e atividades, envolvendo municípios com alto grau de integração” ao pólo (ibid., p. 18).

A Região Metropolitana de Porto Alegre também sofreu os efeitos dessas decisões. Originalmente, a RMPA se constituiu com 14 municípios, expandiu-se em 1989, a partir das mudanças na Constituição Estadual, ficando com 22 e, atualmente, é composta por 31 municípios.³

Os municípios incluídos depois de 1989 na RMPA se distanciam de tal maneira do fenômeno aglomerativo em que foram integrados que, quando da tramitação dos projetos de lei visando sua inclusão, receberam pareceres técnicos contrários do órgão metropolitano (Vasata, 2005).⁴ As unidades integradas à RMPA nessa última fase (Montenegro, Charqueadas, São Jerônimo, Taquara, Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Araricá, Nova Santa Rita e Santo Antônio da Patrulha) mantêm ainda áreas rurais de tamanho significativo e não possuem níveis elevados de integração na dinâmica da aglomeração metropolitana.⁵

O segundo ponto diz respeito à escolha das AEDs como unidades de referência para recortar o espaço metropolitano. Elas atendem à necessidade de se ampliar a comparabilidade da análise da RMPA relativamente aos estudos que vêm sendo desenvolvidos tanto no âmbito do Observatório como por técnicos vinculados às atividades do planejamento municipal de Porto Alegre. As áreas construídas pelo IBGE estão sendo amplamente utilizadas, uma vez que, no caso dos dados amostrais, não estão acessíveis as informações desagregadas por setores censitários.

³ Existem ainda dois processos de inclusão de municípios na RMPA tramitando na Assembléia Legislativa.

⁴ Trata-se da Metroplan – Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional. Somente as unidades que haviam se desmembrado de municípios que já faziam parte da região (Araricá e Nova Santa Rita) receberam parecer favorável à inclusão (Vasata, 2005).

⁵ No Relatório de atividades “Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias” relacionado ao projeto “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil” os municípios de todas as regiões metropolitanas do Brasil foram classificados segundo o grau de integração na dinâmica da aglomeração, levando em consideração indicadores do Censo de 2000 relativos à taxa de crescimento populacional entre 1991-2000; densidade habitacional; número total e percentual de pessoas que trabalham ou estudam em outro município; percentual de ocupados não agrícolas (Ribeiro, 2004a).

A área de ponderação foi definida como uma unidade geográfica formada por um agrupamento de setores censitários, visando “a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (IBGE, 2002). O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população, foi estabelecido com a finalidade de garantir a precisão das estimativas e, ao mesmo tempo, de atender a demandas por informações em níveis geográficos menores que os municípios.

Para o Censo 2000, o IBGE usou métodos e sistemas automáticos de formatação de áreas de ponderação

(...) que conjugam critérios tais como tamanho, contigüidade (no sentido de serem constituídas por conjuntos de setores limítrofes com sentido geográfico) e homogeneidade em relação a um conjunto de características populacionais e de infra-estrutura conhecidas. (Ibid.)⁶

⁶ As áreas de ponderação foram criadas considerando os seguintes critérios: a) o maior nível geográfico utilizado é o município; b) o menor tamanho de uma área de ponderação não municipal é de 400 domicílios particulares ocupados na amostra; c) em alguns municípios as áreas de ponderação foram definidas considerando suas divisões administrativas, respeitando o critério de tamanho mínimo; d) alguns municípios tiveram apenas duas áreas definidas: uma considerando todos os setores do distrito-sede e outra considerando todos os setores dos demais distritos; e) em outros municípios, cujos distritos possuem tamanho que fere o critério de tamanho mínimo, também foram definidas duas áreas: uma constituída por todos os seus setores urbanos e outra por todos os seus setores rurais, mesmo que isso significasse setores não contíguos; f) para um conjunto de municípios grandes em termos de população, foi feita uma consulta aos órgãos de planejamento municipal para a definição das áreas de ponderação. Nesses municípios também foram considerados os critérios de tamanho mínimo e de contigüidade do conjunto de setores para a definição das áreas. Os municípios que não se enquadraram nas quatro primeiras situações descritas acima “tiveram suas áreas de ponderação definidas automaticamente, usando uma metodologia de agregação de setores implementada por meio de um sistema computacional que faz uso de informações georreferenciadas especialmente desenvolvido”. “Essa metodologia considera os critérios de tamanho mínimo, vizinhança entre os setores e a homogeneidade dos setores em relação a um conjunto de características conhecidas para o universo no nível dos setores. Entre as 15 variáveis utilizadas constavam, por exemplo: rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios no setor, número médio de pessoas por domicílio particular permanente, proporção de domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de água, média de anos de estudo dos responsáveis por domicílios” (IBGE, 2002).

A formatação dessas áreas traz alguns problemas para a análise do espaço metropolitano. O primeiro deles é o fato de que, à exceção da capital, seu desenho não preserva o traçado dos bairros, o que limita seu uso para fins de planejamento, já que na sua maioria os municípios trabalham com esse recorte. Do mesmo modo, perde-se capacidade compreensiva quando se avalia a dimensão cultural que está presente nas representações sociais dos espaços, o que está refletido na noção de bairro.

Um outro problema que advém do uso das AEDs é a impossibilidade de separar as áreas irregulares de moradia (vilas, favelas) das áreas onde estão inseridas. Como reúnem um contingente significativo de população, elas produzem um viés nas médias de algumas áreas, resultando em uma qualificação do lugar que esconde muitas vezes a presença de espaços mais diversificados socialmente.⁷

É importante anotar, por outro lado, que esses constrangimentos são de certo modo compensados, uma vez que a área de ponderação, na medida em que foi construída com o balizamento de informações relevantes sobre a população, garante uma relativa homogeneidade social, o que favorece o trabalho de tipificação.

O terceiro e último ponto que deve ser comentado é o conjunto de mudanças introduzidas pelo IBGE quando da realização do Censo Demográfico de 2000 no levantamento da variável ocupação em relação aos censos anteriores. Essas mudanças remetem fundamentalmente a dois aspectos que interferem na comparabilidade com os outros recenseamentos, incidindo, portanto, na análise das mudanças experimentadas pela região na sua configuração socioespacial.

O primeiro é a definição do período de referência para estabelecer a condição de ocupação. Nos Censos anteriores, foi adotado o período de 12 meses, tendo por justificativa o caráter sazonal da produção e da ocupação no setor agrícola. Essa opção trazia dificuldades para a compatibilidade do Censo com a Pesquisa Nacional por

⁷ Em estudos anteriores sobre a tipologia socioespacial da RMPA relativo a 1980 e 1991 (Mammarella; Barcellos e Koch, 2004), as áreas intra-urbanas foram formatadas pelas pesquisadoras a partir dos setores censitários, o que permitiu que fosse respeitada a delimitação dos bairros, e que fossem tratadas separadamente as vilas irregulares ou favelas.

Amostra de Domicílios (PNAD), de tal modo que esta passou a adotar dois períodos de referência: os 12 meses anteriores e a semana (Dedecca e Rosandinski, 2005).

O Censo de 2000 usou somente a semana como referência para seu levantamento da ocupação. Isso implicou melhora das informações sobre a ocupação e o desemprego nas atividades não agrícolas, mas também um relativo comprometimento na avaliação dessas situações para a atividade agrícola. É necessário ter em mente essas limitações quando se tenta ter uma idéia das mudanças por que passou a estrutura socioocupacional da metrópole. Os volumes dos contingentes ocupados não podem ser diretamente cotejados com os números dos levantamentos anteriores. A redução do período de referência pode estar subestimando os ocupados no recenseamento de 2000 relativamente ao de 1991.

O segundo ponto a ser mencionado é a mudança na classificação das ocupações. Essa mudança se afina com o objetivo de

(...) desenhar um instrumento de coleta compatível com as orientações internacionais, mas especialmente convergente com as diretrizes metodológicas adotadas pelos institutos de estatística dos países do Mercosul. Houve a preocupação de elaborar uma informação que pudesse posteriormente ser utilizada na criação de um banco de dados para o Mercosul. (Idem)⁸

Desde os anos 70, utilizava-se no Brasil pelo menos duas classificações de ocupação, uma que o IBGE adotava nas pesquisas socioeconômicas e a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, criada segundo as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações – CIUO, da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Essa prática sempre trouxe problemas para a

⁸ O Brasil participa do Projeto do Censo Comum do Mercosul desde 1977. “O objetivo do Projeto do Censo Comum do Mercosul é contribuir para a homogeneização gradativa das estatísticas econômicas e sociodemográficas entre os países do bloco e a geração de um banco de dados. Nesse sentido, os representantes dos censos da rodada de 2000 da região, entre outros trabalhos, discutiram a harmonização de um conjunto básico de características e de sua conceituação, estando em fase de definição e geração de um banco de dados único com informações dos seis países do grupo” (IBGE, 2002).

compatibilização de diferentes fontes de dados. A instituição da Comissão Nacional de Classificações (Concla), sob a coordenação do IBGE, teve o objetivo de unificar essas classificações.

O Censo de 2000 utilizou a Classificação Brasileira de Ocupação – CBO para codificar a ocupação. Com isso, seus resultados podem ser comparados com as informações produzidas em outras pesquisas do IBGE e com a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Ibid.).

Outra questão que estimulou as mudanças no levantamento censitário, e que pode ser diretamente reportada ao caso da classificação das ocupações, vincula-se, segundo Dedecca e Rosandinski (2005)

(...) às atuais condições dinâmicas da estrutura econômica, caracterizada por alterações tecnológicas importantes que reduzem a importância da indústria na criação de novos postos de trabalho, que criam novos segmentos ocupacionais vinculados aos novos tipos de serviços, que transformam as condições de assalariamento no mercado de trabalho, que estabelecem novas relações entre setores, que alteram o modo de geração e o perfil da renda.

Em termos qualitativos, a nova Classificação das Ocupações consegue maior aproximação das ocupações que caracterizam os segmentos mais modernos da economia, avançando em relação ao enfoque anterior, que se harmonizava mais com o levantamento de ocupações ligadas às atividades mais tradicionais da agropecuária, indústria e serviços.

As nomenclaturas da CBO asseguram maior precisão na denominação das ocupações, permitindo uma definição mais clara das categorias e evitando o uso de filtros como renda e escolaridade como *proxi* para o enquadramento de certas ocupações. Sob esse ponto de vista entende-se que a novidade favorece a captação das mudanças produzidas pela reestruturação produtiva das últimas décadas, aproximando mais a construção tipológica das perguntas que se quer responder sobre espaço e sociedade, no sentido de detectar quais têm sido os efeitos da globalização e da reestruturação econômica na configuração social e espacial das metrópoles.

No entanto, as dificuldades de articulação com os dados dos Censos Demográficos anteriores pode, no entanto, ser parcialmente

contornada por procedimentos técnicos no que diz respeito à classificação, embora não haja alternativas quando se trata do contingente populacional. Segundo Dedecca e Rosandinski (2005), a Comissão Nacional de Classificações (Concla) disponibilizou dicionários de conversão entre as classificações com o objetivo de reduzir as dificuldades de compatibilidade. Porém, os autores alertam os pesquisadores para o fato de que

(...) a experiência acumulada mostra que a capacidade desses dicionários não é completa, restando sempre algumas lacunas. E, portanto, somente o uso dos dados mostrará o grau de comparabilidade dos resultados dos Censos Demográficos 1991 e 2000. (Ibid.)

Já no que se refere ao tamanho do contingente de ocupados, a mudança do período de referência interfere de maneira mais direta na comparabilidade.

O processo de compatibilização das ocupações entre os Censos, portanto, poderá possibilitar que mais adiante seja dada seqüência ao estudo, retomando as tipologias anteriores e produzindo uma análise das mudanças que afetaram o espaço metropolitano no seu conteúdo social.

Tratando-se especificamente do modelo de hierarquia socioocupacional que foi construído, é importante assinalar que, não obstante as mudanças introduzidas pelo Censo Demográfico de 2000, foi possível manter a mesma estrutura da hierarquia ocupacional utilizada nas análises anteriores, como mostra o Quadro 1. Entretanto, foi necessário efetuar algumas alterações tendo em vista a possibilidade de captar com maior precisão as ocupações através da CBO.

Algumas alterações merecem registro. A primeira diz respeito à impossibilidade de se ter conhecimento, em 2000, daquelas ocupações tratadas como pequena burguesia nos trabalhos relativos às estruturas sociais de 1980 e 1991, que era composta pelo conjunto dos pequenos empregadores urbanos com renda menor que 20 salários mínimos e pelos comerciantes por conta própria, com renda igual ou maior que cinco salários mínimos. O IBGE não levantou uma ocupação equivalente à que compunha, em 1991, os comerciantes por conta própria, categoria que foi absorvida pelas dos comerciários e ambulantes.

Quadro 1 – Enunciado das CATs

1980 e 1991	2000
Elite Dirigente	Dirigentes
Empresários Dirigentes Públicos Dirigentes Privados Profissionais Liberais (<i>excluída em 2000</i>)	Grandes Empregadores Dirigentes do Setor Público Dirigentes do Setor Privado
Elite Intelectual	Intelectuais
Profissionais Superiores Autônomos Profissionais Superiores Empregados	Profissionais Autônomos de Nível Superior Profissionais Empregados de Nível Superior Profissionais Estatutários de Nível Superior Professores de Nível Superior
Pequena Burguesia	Pequenos Empregadores
Pequenos Empregadores Comerciantes p/Conta Própria (<i>excluída em 2000</i>)	Pequenos Empregadores
Classe Média	Ocupações Médias
Empregados de Escritório Empregados de Supervisão Técnicos e Artistas (<i>separou os artistas</i>) Empregados na Saúde e Educação Empregados Just. Segurança e Correios	Ocupações de Escritório Ocupações de Supervisão Ocupações Técnicas Ocupações Médias da Saúde e Educação Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios Ocupações Artísticas e Similares
Proletário Terciário	Trabalhadores do Terciário Especializado
Empregado no Comércio Servidor Especializado Servidor não Especializado	Trabalhadores do Comércio Prestadores de Serviços Especializados
Proletário Secundário	Trabalhadores do Secundário
Operário na Ind. Moderna Operário na Ind. Tradicional Operário de Serv. Auxiliar Operário da Constr. Civil Artesão (<i>excluído em 2000</i>)	Trabalhadores da Indústria Moderna Trabalhadores da Indústria Tradicional Operários dos Serviços Auxiliares Operários da Construção Civil
Subproletariado	Trabalhadores do Terciário não Especializado
Empregadas Domésticas Ambulantes Biscateiros	Prestadores de Serviços Não Especializados Trabalhadores Domésticos Ambulantes e catadores
Agricultores	Agricultores
Agricultores	Agricultores

Em segundo lugar, as ocupações técnicas, que incluem todos os técnicos de nível médio, puderam ser melhor definidas através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o que, sem dúvida, significou um ganho em termos da construção da categoria.

O segundo comentário refere-se à CAT dos Trabalhadores do Terciário Não Especializado. Conforme o Quadro 1, essa CAT, em anos anteriores, era denominada “subproletariado”. Na sua composição estavam, além da gama de ocupações que caracterizam os trabalhadores domésticos, a categoria dos ambulantes (que reunia

ocupações como feirante e aguadeiro, desde que com renda menor do que cinco salários mínimos, e bilheteiro, cambista, e outros ambulantes) e dos biscateiros (ocupações como engraxates e guardadores de carro). Em 2000, a constituição da CAT dos biscateiros também sofre as conseqüências das mudanças da metodologia. Ocupações, como, por exemplo, guardador de carro e engraxate não aparecem na CBO. A única ocupação significativa compondo os biscateiros em 2000 é a dos catadores de sucata, cuja identificação direta com a idéia de biscate é discutível, uma vez que em muitos lugares eles constituem cooperativas e têm um trabalho regular. Por isso, a medida adotada para 2000 foi constituir uma categoria única que se denominou “ambulantes e catadores”. E, para melhor caracterizar o conjunto de trabalhadores que ocupam a base da pirâmide social, a CAT Trabalhadores do Terciário Não Especializado, nova denominação da CAT “subproletariado” dos anos anteriores, passou a incorporar também os prestadores de serviço não especializado, que antes integravam a CAT do Proletariado Terciário.

Sobre a estrutura ocupacional da RMPA

As categorias socioocupacionais (CATs) foram construídas com os dados de ocupação⁹ do Censo com a intenção de obter uma visão aproximada da estrutura social e permitir uma leitura hierarquizada sobre a composição social da RMPA. Entende-se que elas podem traduzir em certa medida o lugar que as pessoas ocupam nas relações econômicas. Como já se mencionou anteriormente, essa construção se sustenta em pressupostos teóricos que concebem o trabalho como variável central para a compreensão da sociedade. Nessa perspectiva, as categorias foram construídas levando em consideração as grandes oposições que captam as formas de segmentação social da sociedade brasileira: relação entre capital e trabalho; entre grande e pequeno

⁹ Na Documentação dos Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000, a ocupação está assim definida: “entende-se por ocupação a função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por uma pessoa numa atividade econômica, referindo-se sempre ao trabalho principal” (IBGE, 2002).

capital; entre assalariamento e trabalho autônomo e entre trabalho manual e trabalho não-manual (Barcellos e Mammarella, 2001, p. 265)

A idéia que está implícita é a de que a sociedade está estratificada em classes, e que essa é a divisão fundamental para entender a hierarquia social. Nesse sentido, os critérios de classificação buscaram uma coerência estatística e cognitiva, de modo que, nas categorias, os indivíduos possam ser localizados nas posições sociais que formam a divisão social do trabalho vigente. Assim, as CATs representam posições sociais ou classes de posições com certa homogeneidade social (Barcellos e Mammarella, 2001).

Uma breve descrição da Tabela 1 aponta algumas características relevantes da estrutura ocupacional na metrópole gaúcha. O primeiro aspecto que ressalta é o predomínio, com percentuais muito elevados, da categoria dos Trabalhadores do Secundário (27,67%), seguida de perto das Ocupações Médias (26,46%).¹⁰ Essa é uma constatação importante, tendo em vista, de um lado, as perspectivas de polarização colocadas por estudiosos da globalização e da reestruturação sobre a evolução da estrutura social e seu correlato espacial, ou seja, de uma hierarquia mais pesada nos segmentos profissionais muito especializados, e no seu oposto, uma massa de trabalhadores sem qualificação. De outro lado, há que considerar algumas mudanças que afetaram a realidade da RMPA e que também apontavam noutra direção. Do ponto de vista institucional, entre 1991 e 2000, ocorreram importantes alterações na RMPA, no que diz respeito à sua espacialidade com a incorporação de sete novos municípios com fortes características rurais, o que poderia ter destorcido o perfil ocupacional da área.¹¹

¹⁰ Esse modelo de estrutura ocupacional da RMPA não é novo, já sendo observado desde 1980, quando os trabalhadores do secundário representavam cerca de 31%. Em 1991, o peso dessa categoria era de 29%. Quanto às categorias médias, elas significavam tanto em 1980 como em 1991 cerca de 27% dos ocupados (Mammarella, Barcellos e Koch, 2000).

¹¹ No seu conjunto, esses municípios contribuem com 6% dos ocupados nos 24 municípios que compunham a Região em 1991. Levando em consideração a estrutura social, apenas desses sete municípios, tanto o peso dos agricultores como dos trabalhadores da indústria tradicional é, de fato, muito significativo (12,10% e 13,92%, respectivamente). Mas quando se considera a região como um todo, essa particularidade se dilui.

Tabela 1 – Distribuição das categorias socioocupacionais.
Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000

Enunciados	Frequência	%
Dirigentes	21.514	1,37
Grandes Empregadores	12.227	0,78
Dirigentes do Setor Público	4.123	0,26
Dirigentes do Setor Privado	5.164	0,33
Intelectuais	116.196	7,41
Profissionais Autônomos de Nível Superior	32.437	2,07
Profissionais Empregados de Nível Superior	42.979	2,74
Profissionais Estatutários de Nível Superior	10.886	0,69
Professores de Nível Superior	29.894	1,91
Pequenos empregadores	50.426	3,22
Pequenos Empregadores	50.426	3,22
Ocupações médias	414.930	26,46
Ocupações de Escritório	142.873	9,11
Ocupações de Supervisão	68.865	4,39
Ocupações Técnicas	97.493	6,22
Ocupações Médias da Saúde e Educação	56.578	3,61
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	29.888	1,91
Ocupações Artísticas e Similares	19.233	1,23
Trabalhadores do terciário especializado	270.822	17,27
Trabalhadores do Comércio	136.458	8,70
Prestadores de Serviços Especializados	134.364	8,57
Trabalhadores do secundário	433.901	27,67
Trabalhadores da Indústria Moderna	100.312	6,40
Trabalhadores da Indústria Tradicional	144.084	9,19
Operários dos Serviços Auxiliares	76.215	4,86
Operários da Construção Civil	113.290	7,22
Trabalhadores do terciário não especializado	229.476	14,63
Prestadores de Serviços Não Especializados	71.349	4,55
Trabalhadores Domésticos	105.221	6,71
Ambulantes e catadores	52.906	3,37
Agricultores	30.967	1,97
Agricultores	30.967	1,97
Total das CATs	1.568.232	100,00

Fonte dos dados brutos: Censo Demográfico, 2000. IBGE.

Desde a perspectiva econômica, a RMPA vivenciou na última década mudanças importantes na sua estrutura produtiva, com movimento da economia representado por avanços e recuos do setor industrial e do setor terciário. Entre 1990 e 1998, houve uma redução significativa da participação relativa do setor industrial no conjunto

da produção, tendo como contrapartida um avanço do setor de serviços. Já no período que vai de 1999 a 2001, o setor industrial recuperou posição, intensificando de modo profundo o processo de ajuste (fusões, terceirização de serviços e introdução de inovações tecnológicas), acompanhando a reestruturação produtiva internacional e seus desdobramentos no país (Alonso, 2004). Mesmo com esses ajustes, a RMPA continua com uma estrutura social bastante marcada pela presença dos operários da indústria. No entanto, é preciso levar em consideração que o setor coureiro-calçadista tem uma forte presença na região, onde emprega mão-de-obra em larga escala. Também é muito provável, no caso em pauta, que a relativa desconcentração da produção industrial brasileira, em favor de localidades fora do eixo São Paulo – Rio de Janeiro, tenha produzido esse efeito na RMPA.¹²

Uma segunda constatação a ser destacada diz respeito à presença significativa dos Trabalhadores do Terciário Especializado na estrutura social metropolitana: eles atingem 17,27% e, a exemplo do que já ocorria em 1980 e em 1991, esse agrupamento continua detendo a terceira posição em termos de grandeza. Somados às duas categorias acima, perfazem 72% dos ocupados na RMPA em 2000.

Levando agora em consideração o tamanho das CATs que se situam nas extremidades da pirâmide social, ou seja, as relativas às elites e às camadas populares, verifica-se, em terceiro lugar, que a presença da elite Dirigente na estrutura social da região é muito reduzida, contribuindo apenas com 1,37% dos ocupados. A elite Intelectual tem um peso maior, de 7,41%.¹³ Mesmo incluindo ocupações nem sempre bem remuneradas, como os professores com formação de nível superior, a categoria que reúne o trabalho intelectual tem uma participação relativamente pequena na estrutura social. No outro limite, os Trabalhadores do Terciário Não Especializado

¹² Sobre o processo de reestruturação e realocação da indústria no país, ver Diniz e Crocco (1996).

¹³ O peso das elites dirigente e intelectual na estrutura social da RMPA é muito aproximado da participação que elas têm em metrópoles como Belo Horizonte, Curitiba e mesmo São Paulo. Somente na região metropolitana do Rio de Janeiro a elite intelectual tem um peso maior.

apresentam uma representatividade mais significativa, participando com 14,63% na composição dessa estrutura. Já com relação aos Agricultores, acreditava-se que haveria uma certa proeminência deles, tendo em vista as características socioeconômicas dos novos municípios incorporados à RMPA após 1991. No entanto, essa hipótese não se confirmou. Os agricultores na RMPA não alcançam os 2%.

Feitas essas primeiras considerações, deve-se destacar, também a partir da Tabela 1, algumas particularidades relativas à composição interna dos oito grandes agrupamentos de CATs que refletem os principais perfis da estrutura social. As cinco categorias ocupacionais de maior peso na estrutura metropolitana são os operários da indústria tradicional (9,19%), as ocupações de escritório (9,11%), os trabalhadores do comércio (8,70%), os prestadores de serviços especializados (8,57%) e os operários da construção civil (7,22%). Ou seja, todos compoem os três grandes agrupamentos de CATs com maior volume de população ocupada e representativos de setores das camadas operárias e médias da sociedade. Observa-se nesse nível de desagregação que aquela proeminência do secundário, acima constatada, está em grande parte atrelada ao peso do operariado da indústria tradicional, que, no caso da RMPA, sabe-se, não pode ser desvinculado da importância que tem a indústria coureiro-calçadista no Vale dos Sinos. Convém salientar que no conjunto das categorias médias, o destaque continua a ser as ocupações de escritório, que reúnem um contingente bastante diversificado de ocupações em grande parte tradicionais, como contínuos, escriturários cobradores, secretários de expediente e estenógrafos. Outro grupo de categorias que contribui de maneira significativa para a formação da estrutura social é composto pelos trabalhadores domésticos, os da indústria moderna e as ocupações técnicas, com um peso relativo no intervalo entre 6 e 7%.

No que diz respeito à contribuição dos trabalhadores da indústria moderna, não se pode deixar de anotar que a mudança na classificação das ocupações permitiu em tese captar melhor os trabalhadores dos segmentos modernos da economia. Por outro lado, foi na década de 90 que se consolidou no Brasil, com repercussão na RMPA, o processo de reestruturação produtiva, com implantação de atividades consideradas modernas, que envolvem alta tecnologia e automação, com maiores exigências de mão-de-obra especializada.

Ao mesmo tempo houve, nos anos que antecederam ao levantamento censitário, uma recuperação da atividade industrial que, nos primeiros anos da década de 90, havia perdido espaço na economia metropolitana (Alonso, 2004).

A partir das evidências acima descritas, é interessante observar que a manutenção de um peso significativo dos trabalhadores da indústria (tradicional ou moderna) na estrutura socioocupacional da região contraria de certo modo a perspectiva posta por estudiosos da reestruturação, de que esse segmento experimentaria rápida e forte redução, tendo em vista os avanços tecnológicos. De fato, não se verifica na RMPA a tendência de dualização social propugnada por Sassen (1998) para as grandes metrópoles dos países do primeiro mundo, tendo como referência o estabelecimento de um tipo de economia alicerçado na informação. Nos países periféricos, esse nível de mudança nas metrópoles chega com retardo, e em níveis diferenciados segundo sua posição na rede nacional e mundial de cidades.

Em linhas gerais, o que se verifica na metrópole gaúcha é a manutenção de um padrão de estrutura social em que, pela presença marcante de categorias médias e operárias, ainda se coloca a perspectiva de mobilidade social. Quanto mais polarizada uma sociedade, menores são as chances nesse sentido.

Sobre a estrutura socioespacial da RMPA

Na seqüência, a análise enfoca a segmentação social no espaço da metrópole, com base em características da população ocupada tendo em vista seu lugar nas relações econômicas. O que se busca detectar é a existência de evidências empíricas de processos de segregação socioespacial, em que as classes tenderiam a se distanciar não só no nível social-simbólico, mas também em termos territoriais. Segundo Bourdieu (1999), os efeitos físico-espaciais na estruturação do espaço, tendo em vista a posição que os diversos grupos assumem a partir de princípios de diferenciação e de distribuição do capital econômico e do capital cultural. Nem sempre o espaço social e o espaço geográfico coincidem totalmente na visão do autor, mas muitas diferenças que podem ser associadas ao efeito do espaço

geográfico, como a oposição centro-periferia, são decorrentes da distância no espaço social, ou seja, na distribuição desigual de diferentes espécies de capitais (econômico, social, cultural, simbólico, etc.). Portanto,

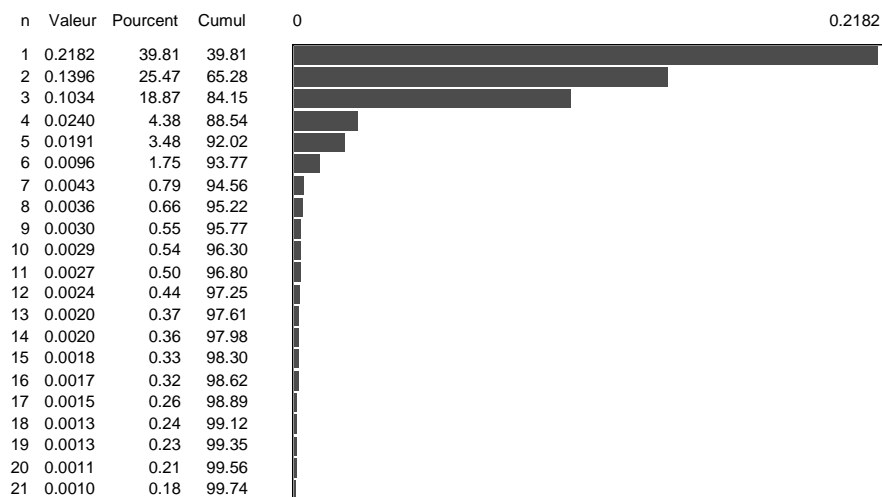
(...) existe relação entre a estrutura social e a estrutura espacial, relação que se dá a partir do caráter determinante que tem o capital, principalmente o econômico, no processo de apropriação dos lugares, de residência e de estabelecimento dos diferentes agentes sociais. Entretanto, essa relação é mediada por fatores que se situam em outros campos, como o político e o cultural, que podem alterar o poder de escolha de localização dos agentes mais bem posicionados na escala do capital econômico. (Barcellos e Mammarella, 2001, p. 262)

Para efetuar essa análise, foi construída uma tipologia com base nas técnicas estatísticas da Análise Fatorial e da Classificação Hierárquica Ascendente (CHA).¹⁴

A análise da primeira fatorial mostra que os três primeiros fatores explicam 84,15% das variações totais do conjunto original de dados (Quadro 2). Ou seja, apenas três fatores conseguem captar a quase totalidade da variação da relação entre as CATs e as AEDs.

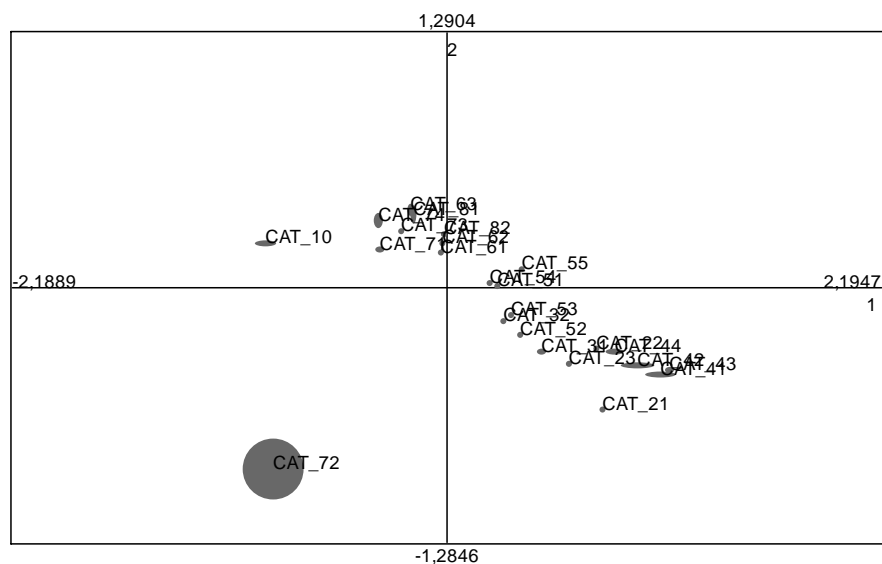
¹⁴ A primeira cria fatores pela ordem de explicação do problema, que no caso é a relação entre as AEDs e as categorias socioocupacionais. Com isso, permite o conhecimento da importância de cada variável na composição da variação dos principais fatores e a diminuição da dimensionalidade do universo com que se está trabalhando. A segunda é um instrumento para definir agrupamentos a partir das informações dos fatores extraídos dos dados, levando em conta a proximidade dos perfis das áreas e a distância deles em relação ao perfil médio. O ponto de partida foi a construção de uma matriz, utilizando o programa Statistical Program for Social Sciences – SPSS, a partir da distribuição das 24 categorias socioocupacionais acima identificadas em cada uma das 164 AEDs.

Quadro 2 – Variância dos fatores na análise FATORIAL 1



Variance totale = 0.55

Quadro 3 – Espaço fatorial das categorias socioocupacionais, RMPA, 2000



A observação do espaço fatorial no plano das CATs (Quadro 3) revela que a principal oposição, explicitada pelo primeiro fator, é a que compreende, de um lado, os trabalhadores da indústria tradicional (em maior escala) e os agricultores e, de outro, as categorias de intelectuais de nível superior, à exceção dos estatutários. Do ponto de vista da teoria sociológica, isso significa dizer que a grande diferenciação ocupacional marcando o espaço na RMPA pode ser referida à clássica dicotomia existente entre trabalho manual e trabalho intelectual. Na teoria de classes de Marx, a divisão “trabalho manual-trabalho intelectual” tem um papel fundamental na determinação das classes sociais (Poulantzas, 1975). Assim, na base da estruturação espacial da região, existe uma estratificação da sociedade em classes, e as categorias intelectuais, embora não estejam diretamente vinculadas ao capital, funcionam como uma fração das camadas proprietárias. No dizer de Poulantzas,

(...) a teoria marxista das classes sociais distingue igualmente frações e camadas de classe, segundo as diversas classes, a partir de diferenciações no econômico e no papel, todo particular, das relações políticas e ideológicas. Esta teoria distingue também categorias sociais, delimitadas principalmente pelo seu lugar nas relações políticas e ideológicas: é o caso para a burocracia do Estado, delimitada pela sua relação com os aparelhos de Estado, e para os intelectuais, definidos pelo seu papel de elaboração e de realização da ideologia. (Ibid., p. 25)

Refletindo essas oposições encontradas no plano das categorias, o segundo conjunto de oposições produzido no espaço fatorial, agora o das AEDs, mostra, de um lado, áreas de moradia das camadas mais ricas da população, e de outro, áreas, no Vale dos Sinos, de moradia operária.

Conhecidas as principais oposições que configuram o espaço fatorial da RMPA, a tipologia possibilitou a identificação de grupos de áreas que mantêm entre si o máximo de homogeneidade e de diferenciação em relação às médias metropolitanas. A análise dos perfis socioocupacionais dessas áreas foi realizada com o intuito de configurar grupos que pudessem ser caracterizados por um conceito (tipo) sociologicamente significativo. Como resultado final, foram identifi-

cados nove agrupamentos capazes de representar a estruturação do espaço metropolitano em 2000, e que foram nomeados de modo a traduzir a hierarquia socioespacial e o tipo de combinação de categorias ou de mistura social que marca cada um desses espaços: superior, médio superior, médio, médio inferior, operário, operário tradicional, operário inferior, popular e agrícola popular.

A Tabela 2 oferece uma demonstração da distribuição das AEDs, da população total e da população ocupada, revelando que, entre os tipos identificados, a maior incidência de áreas e de volume populacional está no tipo médio inferior, seguido do popular e do operário tradicional. Com o menor número de áreas, aparecem os tipos superior e agrícola popular, sendo que esse último abriga também o menor volume de população. Observou-se que a distribuição dos tipos guarda alguma coerência em relação ao modelo da estrutura social, onde predominam as categorias médias e operárias: o conjunto das áreas de tipo médio, médio inferior, operário e operário tradicional representam 53,66% das áreas e 54,11% da população ocupada.

Tabela 2 – Distribuição absoluta e relativa das AEDs, da população ocupada e total, segundo os tipos. RMPA. 2000

Tipos	Nr. AEDs	Pop.ocupada em CAIS	Pop.Total	% áreas	% pop.ocupada em CAIS	% Pop. Total	% Pop. Ocup./ Pop. Total
Superior	9	104034	212542	5,49	6,63	5,72	48,95
Médio Superior	15	161513	348988	9,15	10,30	9,38	46,28
Médio	13	109202	233289	7,93	6,96	6,27	46,81
Médio Inferior	37	391441	950964	22,56	24,96	25,57	41,16
Operário	13	99415	254588	7,93	6,34	6,85	39,05
Operário Tradicional	25	248544	526167	15,24	15,85	14,15	47,24
Operário Inferior	13	111866	291088	7,93	7,13	7,83	38,43
Popular	30	267797	717362	18,29	17,08	19,29	37,33
Agrícola Popular	9	74405	183790	5,49	4,74	4,94	40,48
Total	164	1568217	3718778	100,00	100,00	100,00	42,17

Fonte dos dados brutos: Censo Demográfico 2000. Amostra. IBGE.

A análise da tipologia será realizada a partir do perfil social dos tipos e de sua espacialização no território metropolitano. O interesse que está subjacente à abordagem é o de buscar elementos que permitam identificar se a hipótese de aprofundamento da segregação socioespacial nas grandes aglomerações urbanas se configura na realidade da metrópole gaúcha, e que especificidades ela assume.

As tabelas 3, 4, 5 e 6 oferecem informações para a descrição dos componentes sociais dos tipos de áreas que foram encontrados,

permitindo a análise do contingente absoluto (Tabela 3), do perfil dos tipos (Tabela 4), da concentração das categorias nos tipos (Tabela 5), e da densidade das categorias (Tabela 6).

Examinando inicialmente o perfil dos tipos, verifica-se que as áreas de tipo superior são aquelas onde está concentrada a moradia dos Dirigentes e dos Intelectuais, embora nelas também seja significativa a presença de camadas médias, representadas pelas Ocupações Médias e pelos Pequenos Empregadores. Nas de tipo médio superior, a moradia de Dirigentes e Intelectuais é igualmente expressiva, porém com menor intensidade do que no tipo superior. Nessas áreas, é muito destacada a incidência de Ocupações Médias, que têm o maior peso na conformação do tipo, com uma participação de 41%. As camadas médias também são os elementos marcantes na estruturação do tipo médio, não obstante sua presença não seja tão forte como no anterior. A característica central do perfil desses três tipos de agrupamentos é a menor participação das camadas operárias e populares.

É interessante assinalar que, mesmo sendo fundamentais na caracterização desses três tipos, as camadas médias não se constituíram em fatores determinantes na definição dos tipos, uma vez que elas se distribuem por praticamente todo o espaço metropolitano. Esse fato suscita algumas indagações: será que as mesmas categorias estão presentes em todos os espaços ou existe alguma diferenciação na sua distribuição na metrópole? Quais são as camadas médias que estão nos espaços superiores? Quais as que dividem os espaços com as camadas populares?

Dando sequência à análise do perfil dos tipos, constata-se que o grupo de tipo médio inferior já apresenta maior mistura social. Ele se caracteriza como moradia de uma parte relevante das Ocupações Médias e pela presença significativa dos Trabalhadores do Terciário (especializado ou não especializado), e do Secundário. A partir desse patamar da hierarquia, a característica fundamental dos agrupamentos é a quase inexistência de moradia das categorias superiores. Tal evidência aponta para uma separação das classes sociais no espaço, de tal modo que, embora a moradia de parcela das camadas médias se misture aos espaços de elites, fica demarcado um tipo de segmentação em relação às categorias operárias e populares.

Tabela 3 – Distribuição das categorias socioocupacionais segundo os tipos. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000

CATS	Tipos	Superior	Médio superior	Médio	Médio inferior	Operário	Operário tradicional	Operário inferior	Popular	Agrícola popular	Total
Dirigentes		5182	4094	2905	3810	651	2785	723	924	668	21742
Intelectuais		28791	31110	14924	20808	3157	6312	2790	5339	2748	115979
Pequenos empregadores		8235	7622	7025	11014	1944	7222	2267	3230	1866	50425
Ocupações médias		35148	66185	42573	116714	21656	47082	23653	50091	11823	414925
Trabalhadores do terciário especializado		11500	24020	17251	80053	17681	30381	22264	56873	10783	270806
Trabalhadores do secundário		6032	14242	14649	92149	38294	123597	40755	84243	19955	433916
Trabalhadores do terciário não especializado		8917	13893	9535	64956	14934	23958	18821	62113	12341	229468
Agricultores		229	347	340	1937	1098	7207	593	4984	14221	30956
Total		104034	161513	109202	391441	99415	248544	111866	267797	74405	1568217

Fonte dos dados brutos: Censo Demográfico 2000. Amostra. IBGE.

Tabela 4 – Perfil socioocupacional dos tipos de áreas. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000

CATS	Tipos	Superior	Médio superior	Médio	Médio inferior	Operário	Operário tradicional	Operário inferior	Popular	Agrícola popular	Total
Dirigentes		4,98	2,53	2,66	0,97	0,65	1,12	0,65	0,35	0,90	1,39
Intelectuais		27,67	19,26	13,67	5,32	3,18	2,54	2,49	1,99	3,69	7,40
Pequenos empregadores		7,92	4,72	6,43	2,81	1,96	2,91	2,03	1,21	2,51	3,22
Ocupações médias		33,79	40,98	38,99	29,82	21,78	18,94	21,14	18,70	15,89	26,46
Trabalhadores do terciário especializado		11,05	14,87	15,80	20,45	17,79	12,22	19,90	21,24	14,49	17,27
Trabalhadores do secundário		5,80	8,82	13,41	23,54	38,52	49,73	36,43	31,46	26,82	27,67
Trabalhadores do terciário não especializado		8,57	8,60	8,73	16,59	15,02	9,64	16,82	23,19	16,59	14,63
Agricultores		0,22	0,21	0,31	0,49	1,10	2,90	0,53	1,86	19,11	1,97
Total		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: Censo Demográfico 2000. Amostra. IBGE.

Os grupos de AEDs onde a residência de operários é muito expressiva foram classificados em três tipos: o tipo operário tradicional, onde os trabalhadores da indústria tradicional participam com 50% dos moradores, tratando-se, portanto, de uma configuração bastante homogênea; o tipo operário, em que predominam trabalhadores do secundário, em especial os trabalhadores da indústria moderna; e o tipo operário inferior, onde os trabalhadores do secundário dividem moradia com categorias do terciário especializado e não especializado. Nesses dois últimos tipos é visível a existência de uma maior heterogeneidade social relativamente ao tipo operário tradicional. A homogeneidade dos espaços da indústria tradicional corresponde, em grande parte, a áreas em que de fato está concentrada a moradia dos operários, mas que, devido ao tamanho da população, alguns municípios inteiros se constituíram numa única AED, não possibilitando a expressão da estratificação social. O tamanho das elites é muito pequeno e não pesa na configuração do tipo de área. No que diz respeito aos demais espaços operários, a heterogeneidade abrange apenas categorias médias e populares.

O grupo de tipo popular se caracteriza pela presença mais intensa dos trabalhadores do terciário não especializado, com destaque para os trabalhadores domésticos. Essas categorias se juntam aos ocupados em atividades do terciário especializado e do secundário, nesse caso salientando-se os operários da construção civil. O perfil do último grupo, do tipo agrícola popular, é marcado pela intensidade da moradia dos agricultores (superando todas as medidas dos demais tipos). A formação desse agrupamento está fortemente relacionada com a presença, na RMPA, de municípios com perfil agrícola, em especial aqueles que foram incorporados à RMPA após 1991.

Alguns comentários podem ser feitos no que diz respeito às medidas de concentração das categorias nos tipos (tabelas 5 e 6), uma vez que elas complementam a abordagem do perfil, traduzindo de maneira mais clara as polarizações existentes. O primeiro destaque diz respeito à forte concentração e densidade dos dirigentes e dos intelectuais nos espaços de tipo superior e médio superior: mais do que 50% da moradia dessas categorias em conjunto encontra-se em áreas desses tipos.

Tabela 5 – Distribuição percentual das categorias socioocupacionais segundo os tipos. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000.

CATS	Tipos	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Operário	Operário Tradicional	Operário Inferior	Operário Popular	Agrícola Popular	Total
		Dirigentes	23,83	18,83	13,36	17,52	2,99	12,81	3,33	4,25	3,07
Intelectuais	24,82	26,82	12,87	17,94	2,72	5,44	2,41	4,60	2,37	100,00	
Pequenos empregadores	16,33	15,12	13,93	21,84	3,86	14,32	4,50	6,41	3,70	100,00	
Ocupações médias	8,47	15,95	10,26	28,13	5,22	11,35	5,70	12,07	2,85	100,00	
Trabalhadores do terciário especializado	4,25	8,87	6,37	29,56	6,53	11,22	8,22	21,00	3,98	100,00	
Trabalhadores do secundário	1,39	3,28	3,38	21,24	8,83	28,48	9,39	19,41	4,60	100,00	
Trabalhadores do terciário não especializado	3,89	6,05	4,16	28,31	6,51	10,44	8,20	27,07	5,38	100,00	
Agricultores	0,74	1,12	1,10	6,26	3,55	23,28	1,92	16,10	45,94	100,00	
Total	6,63	10,30	6,96	24,96	6,34	15,85	7,13	17,08	4,74	100,00	

Fonte dos dados brutos: Censo Demográfico 2000. Amostra. IBGE.

Tabela 6 – Índice de densidade relativa das categorias socioocupacionais segundo os tipos de áreas. Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000.

CATS	Tipos	Superior	Médio superior	Médio	Médio inferior	Operário	Operário tradicional	Operário inferior	Operário Popular	Agrícola popular	Total
		Dirigentes	3,6	1,8	1,9	0,7	0,5	0,8	0,5	0,2	0,6
Intelectuais	3,7	2,6	1,8	0,7	0,4	0,3	0,3	0,3	0,5	1,0	
Pequenos empregadores	2,5	1,5	2,0	0,9	0,6	0,9	0,6	0,4	0,8	1,0	
Ocupações médias	1,3	1,5	1,5	1,1	0,8	0,7	0,8	0,7	0,6	1,0	
Trabalhadores do terciário especializado	0,6	0,9	0,9	1,2	1,0	0,7	1,2	1,2	0,8	1,0	
Trabalhadores do secundário	0,2	0,3	0,5	0,9	1,4	1,8	1,3	1,1	1,0	1,0	
Trabalhadores do terciário não especializado	0,6	0,6	0,6	1,1	1,0	0,7	1,1	1,6	1,1	1,0	
Agricultores	0,1	0,1	0,2	0,3	0,6	1,5	0,3	0,9	9,7	1,0	
Soma de total	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	

Fonte dos dados brutos: Censo Demográfico 2000. Amostra. IBGE.

Na outra ponta da hierarquia, encontra-se o caso dos agricultores que estão altamente concentrados no tipo agrícola popular, numa proporção de 46%. Com intensidade menor, mas ainda significativa, encontra-se a moradia dos trabalhadores do secundário no tipo operário tradicional (28%). Na verdade, porém, dentre as categorias que integram os trabalhadores do secundário, são os operários da indústria tradicional que apresentam o maior nível de concentração, ultrapassando os 56%.

Através desses dados é possível afirmar que a mesma polarização que foi identificada ao nível da estrutura social ocorre nas formas como as classes sociais se distribuem no espaço metropolitano.

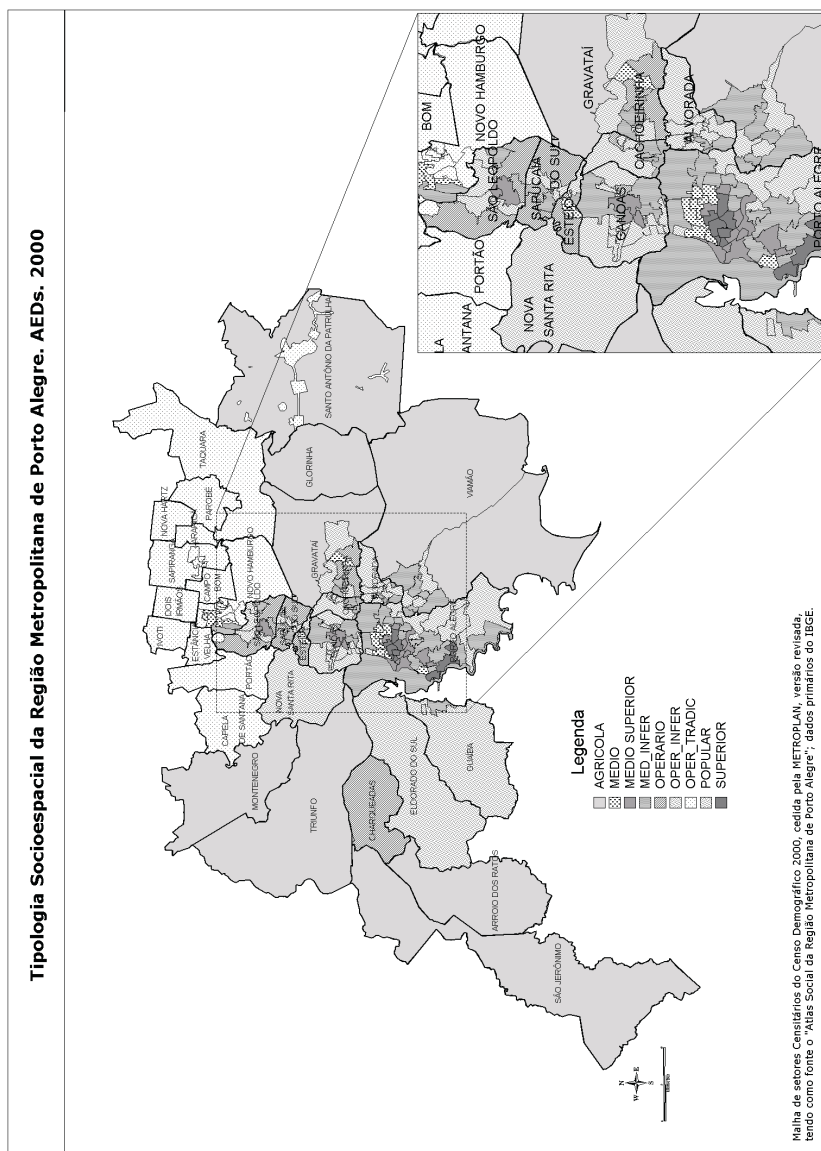
Complementando essas análises, será identificada, a seguir, a localização dos tipos no território da RMPA, conforme o Mapa a seguir e a listagem em ANEXO onde se encontra a identificação das AEDs em relação a bairros e municípios da região.¹⁵ Com isso, estará sendo feita uma primeira incursão na temática da expansão imobiliária na metrópole.

O tipo Superior é composto de nove AEDs, todas situadas em Porto Alegre. Uma parte dessas áreas se localiza na zona sul e outra, na zona central do município. Na zona sul, as AEDs representativas são as que abrangem os bairros Vila Assunção, Tristeza, Vila Conceição, e Pedra Redonda, Ipanema, Espírito Santo e Guarujá. As AEDs centrais congregam um conjunto de bairros onde se identificam características diversificadas de ocupação. Em alguns está consolidada a moradia das elites locais (Independência, Moinhos de Vento, Auxiliadora); em outros, verificou-se, e ainda está em curso, importante transformação por conta da expansão imobiliária (Bela Vista, Boa Vista, Três Figueiras, Mont'Serrat, Chácara das Pedras, Higienópolis, Rio Branco, Santa Cecília, Petrópolis).¹⁶

¹⁵ Convém salientar que as AEDs, fora o município de Porto Alegre, nem sempre respeitam o traçado dos bairros e que, portanto, a identificação muitas vezes significa parte do bairro. A idéia é fornecer uma referência para o reconhecimento das áreas.

¹⁶ Porém, esses processos de expansão imobiliária não atingiram de maneira homogênea os diferentes bairros. Pode-se mencionar, por exemplo, na AED que inclui os bairros Três Figueiras, Chácara das Pedras e Vila Jardim, onde se encontra uma situação de polarização social, uma vez que nele convivem camadas dirigentes com parcela importante de camadas populares.

Mapa – Tipologia socioespacial da Região Metropolitana de Porto Alegre, AEDs, 2000



No tipo Médio Superior, das 15 AEDs que o formam, apenas quatro não são da capital: duas são de Canoas e duas de São Leopoldo. Nesses dois municípios estão envolvidos os bairros centrais. Na capital, são bairros que contornam a parte inferior das AEDs identificadas como de tipo superior na área central, estendendo-se também em direção ao sul da cidade.

O tipo Médio é composto por 13 AEDs. Destas, sete estão localizadas em Porto Alegre, fazendo o contorno norte dos bairros de tipo superior que se situam na zona central, e também, como no caso anterior, se aproximam da zona sul. As outras cinco situam-se (total ou parcialmente): uma no centro de Esteio, uma no OP Centro de Gravataí e três de Novo Hamburgo, sendo uma delas o centro.

De tipo Médio Inferior são 37 AEDs e, seguindo a hierarquia, é nesse tipo onde começa a haver uma distribuição de áreas menos concentrada na capital. Chama a atenção que a maior parte dessas áreas que estão fora de Porto Alegre se situa nos municípios do seu entorno imediato e no sentido do eixo da BR116 (Guaíba, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Viamão, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo). Do mesmo modo que na capital, essas áreas, majoritariamente, circundam áreas de tipos hierarquicamente superiores.

Os tipos Operário (13 áreas), Operário Tradicional (25 áreas), Operário Inferior (13 áreas) e Agrícola Popular (9 áreas) não contemplam nenhuma AED de Porto Alegre. Aliás, as AEDs do tipo Operário Tradicional estão localizadas exclusivamente na região da produção calçadista, à exceção de uma, referente à área urbana de Santo Antonio da Patrulha. Nos demais tipos operários, predominam (mas não com exclusividade) AEDs localizadas em municípios limítrofes a Porto Alegre, como Canoas, Gravataí, Esteio, Alvorada, Cachoeirinha, Guaíba. Quanto ao tipo Agrícola Popular, deve-se destacar que sua localização coincide em grande parte com os novos municípios incorporados na RMPA após 1991, que apresentam grande extensão territorial e que, na sua maior parte, têm apenas uma AED em função do tamanho da população (Montenegro, Triunfo, São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Glorinha, grande parte de Viamão, Gravataí e Santo Antonio da Patrulha).

Por fim, as áreas de tipo Popular têm como característica principal o fato de não aparecerem no Vale dos Sinos nem nos últimos municípios incorporados à Região. Concentram-se, além da periferia leste-sul de Porto Alegre, em municípios do seu entorno, em áreas de alta densidade populacional, onde, na maioria dos casos, é forte a concentração de atividades econômicas (Canoas, Gravataí, Guaíba, Eldorado do Sul, Cachoeirinha, Alvorada e Viamão).

Considerações finais

Ao se fazer um balanço dos principais resultados alcançados nessa primeira investida no sentido de analisar a estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Porto Alegre no ano de 2000, alguns pontos devem ser salientados.

No que diz respeito à estrutura social metropolitana, foi possível constatar que ela é fortemente influenciada pela importância dos operários, com grande peso dos trabalhadores da indústria tradicional. As camadas médias têm uma posição destacada nessa estrutura. Além disso, considerando o tamanho das categorias socioocupacionais que se situam nas extremidades da pirâmide social, ou seja, as relativas às elites e às camadas populares, a figura ilustrativa para definir a estrutura social da região é a do ovo, ou seja, reduzida nas extremidades e larga no meio. Essa visão contraria a imagem que, para uma parte da literatura internacional, corresponderia ao modelo da sociedade atual, que é o da ampulheta, com estreitamento do meio (operariado e categorias médias) e alargamento das extremidades (elites e subproletariado).

Com relação à tipologia, a questão fundamental que se evidenciou na análise é a existência de uma oposição entre trabalho intelectual e manual, como fator estruturante da configuração socioespacial da metrópole gaúcha. A organização dos espaços está demarcada basicamente pela presença dos intelectuais, de um lado, e dos operários da indústria tradicional, de outro.

Quanto à configuração tipológica da estrutura socioespacial, o primeiro registro que merece ser feito é o de que existe uma coerência dos resultados obtidos em relação à distribuição das atividades produtivas no território metropolitano.

Na porção norte da Região, a predominância do tipo operário tradicional aponta uma especificidade da RMPA, fato que já foi identificado e demarcado nas análises sobre a estrutura socioespacial de 1980 e de 1991 realizadas anteriormente. Essa qualidade está relacionada com a importância que assume o segmento dos calçados no Vale dos Sinos, avançando até parte de Santo Antonio da Patrulha, que se aproxima do litoral gaúcho. Além disso, deve-se mencionar que apenas em dois municípios, nos quais a produção industrial é relativamente diversificada (São Leopoldo e Novo Hamburgo), encontra-se uma relativa heterogeneidade tipológica (tipos médio superior, médio, médio inferior, operário e operário inferior), com presença de um operariado mais ligado à indústria moderna (também presente em Charqueadas, onde se localiza importante indústria do setor metal-mecânico) e maior concentração de comércio e serviços. Essas localidades funcionam como pólos ante os municípios menores que estão em seu entorno.

A partir de São Leopoldo, seguindo o eixo da BR116 em direção a Porto Alegre, onde estão instalados setores industriais diversificados e onde é intensa a atividade Terciária, a diversidade tipológica é muito grande. Mesmo assim, observam-se algumas situações que merecem ser destacadas. Por exemplo, em Porto Alegre, não foram identificadas áreas dos tipos operários, mas, em compensação, é o único município que apresenta áreas de tipo superior, fato que se justifica pela centralidade que tem a capital, onde está reunida a maior parte dos equipamentos e serviços urbanos mais especializados e de melhor qualidade.

Na parcela sul da região, as áreas de tipo médio inferior e popular têm presença marcante, mais especificamente na periferia de Porto Alegre e no seu entorno imediato. Isso é coerente, tendo em vista que, historicamente, a distribuição das parcelas mais empobrecidas da população e da classe média no território está relacionada com as oportunidades de trabalho e ascensão social.

Nos limites leste-oeste, a representação da estrutura social no espaço metropolitano se apresenta de uma certa maneira compacta, em função do predomínio das áreas de tipo agrícola popular. Certamente, deve ser levado em consideração o fato de que muitas das AEDs que conformam esse tipo são formadas pela totalidade dos

municípios (com exceção apenas de Viamão, Gravataí e Santo Antonio da Patrulha) e que esses são também unidades de grandes dimensões. Em alguns casos, como o de Montenegro, pode-se pensar que a definição de apenas uma AED tenha implicado uma certa distorção, uma vez que, apesar da forte presença dos agricultores, as camadas médias e operárias têm participação expressiva na estruturação social do município. Tal resultado se relaciona com a exigência da metodologia empregada pelo IBGE, de construção das AEDs visando garantir a consistência dos dados da amostra. De qualquer maneira, o perfil socioocupacional de Montenegro não se distancia substancialmente daquele que caracteriza as áreas de tipo agrícola popular.

Finalizando, é importante anotar que essa primeira leitura da tipologia socioespacial da RMPA tratou apenas e preliminarmente das características gerais do perfil social das diferentes áreas que conformam a metrópole gaúcha, deixando em aberto um leque de possibilidades analíticas para um avanço do conhecimento sobre a diferenciação social e espacial. Permanece como agenda para próximas investigações a análise da evolução da estrutura socioespacial e o detalhamento do perfil sociourbano e demográfico dos tipos de áreas.

Além disso, algumas questões permanecem pendentes de resposta.

A primeira delas refere-se à problemática das camadas médias. Como a sua presença é extensiva no território, cabe pesquisar como os diferentes estratos que compõem as Ocupações Médias e os Pequenos Empregadores se distribuem no espaço. Sua presença nas áreas, tanto de tipo popular como de tipo superior significa ascenso ou descenso social? Onde estão residindo aquelas camadas médias que se formaram em função das novas exigências de mercado, abarcando ocupações técnicas muito especializadas, compreendendo inclusive o novo comércio de elite? Elas não estariam marcando alguns espaços superiores? E as ocupações médias mais tradicionais, como trabalhadores do comércio em geral e grande parte das ocupações de escritório, onde estão fixando residência? Que camadas estão optando pela moradia em condomínios fechados, além de uma parcela das elites?

A segunda remete à necessidade de um maior conhecimento sobre a distribuição espacial das camadas populares. De um lado, percebe-se que o movimento das elites e camadas médias superiores

na ocupação de novos e valorizados espaços urbanos é acompanhado também por um deslocamento de população em busca de trabalho. De outro, verificam-se processos de expulsão em áreas que se constituíram em focos de moradia de camadas populares e operárias e que foram urbanizadas e revalorizadas para ocupação de segmentos das elites e camadas médias.

Referências

- ALONSO, J. A. F. (2004). “Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) na década de 90”. In: FEE. *Desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma coletânea* (CD-Rom).
- BARCELLOS, T. M. de e MAMMARELLA, R. (2001). Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre as grandes cidades: notas para reflexão. *Ensaio FEE*, v. 22, n. 2, pp. 248-269. Porto Alegre, FEE.
- BOURDIEU, P. (1999). “Efeitos do lugar”. In: BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- DEDECCA, C. S. e ROSANDISKI, E. N. (2005). *Sensos e dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufij.br/abet/revista/artigos%205/claudio.pdf> Acesso em 18 de maio.
- DINIZ, C. C. e CROCCO, M. A. (1996). Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, v. 6, n. 1, pp. 77-103, jul. Belo Horizonte, UFMG/Face/DCE.
- IBGE (2002). *Censo Demográfico 2000*. Documentação dos Microdados da Amostra.
- MAMMARELLA, R.; BARCELLOS, T. M. de e KOCH, M. R. (2004). “Tipologia socioespacial na Região Metropolitana de Porto Alegre: perfil da década de 80”. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo/FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (CD-Rom).

- MAMMARELLA, R; BARCELLOS, T M. de e KOCH, M. R. (2000). Mudanças socioespaciais e estrutura social da RMPS nos anos 80. *Indicadores Econômicos*, v. 28, n. 3, pp. 94-112.
- POULANTZAS, N. (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (2000). "Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro". In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan/FASE.
- _____. (coord.) (2004a). *Relatório da Atividade 1ª: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles/FASE/Ipardes (Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil).
- RIBEIRO, L. C. de Q. e LAGO, L. C. do (2000). "O espaço social das grande metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte". Workshop de avaliação do projeto Finep/Pronex. *Metrópoles, desigualdades socio-espaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro (mimeo).
- SASSEN, S. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel.
- VASATA, M. (2005). *Inclusão de Municípios na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Disponível em http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Inclusao_de_Municipios.pdf Acesso em 25 de maio.

Recebido em mar/2005
Aprovado em maio/2005

ANEXO

Identificação das AEDs de acordo com a tipologia e a sua localização. RMPA. 2000

Código das AEDs	Tipologia	Localização
ARROIO RATOS 01	AGRIC_POP	Município ARROIO DOS RATOS
GLORINHA 01	AGRIC_POP	Município GLORINHA
GRAVAT11 DISTRITOS	AGRIC_POP	Distritos Gravataí (OP7Barro Vermelho/ OP8Morungava/OP10Ipiranga)
MONTENEGRO 01	AGRIC_POP	Município MONTENEGRO
SANTPA02 RURAL	AGRIC_POP	Parte rural
SÃO JERONIMO 01	AGRIC_POP	Município SAO JERONIMO
TRIUNFO 01	AGRIC_POP	Município TRIUNFO
VIAM09 ÁGUAS CLARAS	AGRIC_POP	OP12 Região Águas Claras
VIAM11 ESPIGÃO	AGRIC_POP	OP13 Região Espigão/ OP15 Região Itapuã
ALV02 MARINGÁ	MED_INFER	Maringá
ALV08 ALGARVE	MED_INFER	Algarve
CACH04 MATRIZ/ATLÂNTICO	MED_INFER	OP3 V.Bom Princípio/Pq. Matriz;OP4 Pqs. Atlântico/Silveira Martins
CACH05 DIST.INDUST/VERANÓPOLIS	MED_INFER	OP2 City Nova/City Velha/Distrito Industrial ; OP1 Veranópolis/Eunice Nova
CACH07 IMBUHI/WILKENS	MED_INFER	OP1 V. Imbuhi/EuniceVelha/Jd. América/Sto. Ângelo; OP2 C.A.Wilkens/V.Regina
CAN01 NITERÓI	MED_INFER	Niterói/Base Aérea
CAN10 IGARA	MED_INFER	Igara/Brigadeira/S. José/S. Luiz
CAN11 CHÁC. BARRETO	MED_INFER	Chácara Barreto/Fernandes
ESTE101 VILANOVA	MED_INFER	Vila Nova/Cruzeiro/São José
GRAVAT03 SÃO GERALDO	MED_INFER	OP2 São Geraldo
GRAVAT04 VILA BRANCA	MED_INFER	OP12 Vila Branca
GRAVAT07 MORADAS/ÁGUAS CLARAS	MED_INFER	OP1 Moradas/OP11 Águas Claras
GUAI03 CENTRO	MED_INFER	Centro/Balneários
NHAM08 IDEAL	MED_INFER	Ideal/Liberdade
NHAM13 PRIMAVERA	MED_INFER	Primavera/Rincão/Vila Rosa
POA02 BELÉM NOVO	MED_INFER	Belem Novo
POA03 CAMAQUÃ	MED_INFER	Camaquã
POA15 PASSO DAS PEDRAS	MED_INFER	Passo das Pedras
POA18 RUBEM BERTA	MED_INFER	Rubem Berta
POA23 SARANDI	MED_INFER	Sarandi
POA25 JD.CARVALHO	MED_INFER	Jardim Carvalho
POA28 MORRO SANTANA	MED_INFER	Morro Santana
POA29 HUMAITA	MED_INFER	Arquipélago/Humaitá/Anchieta
POA34 BOM JESUS	MED_INFER	Bom Jesus/Jd. Salso
POA35 V.JOÃO PESSOA	MED_INFER	Vila João Pessoa/Cel. Aparicio Borges
POA36 GLORIA	MED_INFER	Glória/Cascata/Belem Velho
POA37 S.TERESA	MED_INFER	Medianeira/Sta. Teresa
POA39 VILA NOVA	MED_INFER	Vila Nova/Campo Novo
POA43 HIPICA	MED_INFER	Serraria/ Hípica
SLEO03 CAMPESTRE	MED_INFER	Campestre/Feitoria (parte)
SAPUC06 VACCHI	MED_INFER	Vacchi/Kurashiki/Diehl/Silva/Centro(parte)
VIAM01 CECÍLIA	MED_INFER	OP2 Região Cecília
VIAM02 SANTA ISABEL	MED_INFER	OP1 Região Santa Isabel
VIAM04 SÃO LUCAS	MED_INFER	OP5 Região São Lucas/OP7 Volta da Figueira
VIAM05 CENTRO	MED_INFER	OP9 Região Centro/OP8 Região Querência
VIAM06 AUTÓDROMO	MED_INFER	OP10 Região Autódromo
VIAM07 SÃO TOMÉ	MED_INFER	OP6 Região São Tomé

Código das AEDs	Tipologia	Localização
ESTE103 CENTRO	MEDIO	Centro/Vila Rica
GRAVAT08 CENTRO 1	MEDIO	OP5 Centro (parte)
NHAM05 CENTRO	MEDIO	Centro/Hamburgo Velho/Rio Branco/São José
NHAM12 INDUSTRIAL	MEDIO	Industrial/Ouro Branco/Pátria Nova
NHAM14 OPERÁRIO	MEDIO	Operário/Vila Nova/Guarani
POA07 CRISTAL	MEDIO	Cristal
POA08 C.REDENTOR	MEDIO	Cristo Redentor
POA09 FLORESTA	MEDIO	Floresta
POA21 SÃO JOÃO	MEDIO	São João
POA30 SÃO GERALDO	MEDIO	Navegantes/São Geraldo
POA31 JD.FLORESTA	MEDIO	Jardim S.Pedro/Sta Maria Goretti/Jd. Floresta
POA32 JD.LINDOIA	MEDIO	Jardim Lindóia/São Sebastião
POA49 V.IPIRANGA	MEDIO	Vila Ipiranga/ Jd. Itú
CAN09 IDEAL	MEDIO SUPERIOR	Ideal/Cidade Nova; Igara/Mal. Rondon/Chácara Barreto(parte)
CAN15 CENTRO	MEDIO SUPERIOR	Centro/Fernandes;Harmonia/Mal. Rondon (parte)
POA04 CAVALHADA	MEDIO SUPERIOR	Cavallhada
POA05 CENTRO	MEDIO SUPERIOR	Centro
POA06 CIDADE BAIXA	MEDIO SUPERIOR	Cidade Baixa
POA11 JD.BOTÂNICO	MEDIO SUPERIOR	Jardim Botânico
POA13 PARTENON	MEDIO SUPERIOR	Partenon
POA14 PASSO DA AREIA	MEDIO SUPERIOR	Passo da Areia
POA19 SANTANA	MEDIO SUPERIOR	Santana
POA20 SANTO ANTONIO	MEDIO SUPERIOR	Santo Antônio
POA26 JD.SABARA	MEDIO SUPERIOR	Jardim Sabará
POA38 TERESOPOLIS	MEDIO SUPERIOR	Teresópolis/Nonoai
POA44 MENINO DEUS	MEDIO SUPERIOR	Azenha/ Menino Deus/ Praia de Belas
SLEO09 FIÃO	MEDIO SUPERIOR	Fião/Padre Reus/ São João/Cristo Rei/Moddo do Espelho/Rio Branco
SLEO10 CENTRO	MEDIO SUPERIOR	Centro
ALV01 PFEIJÓ	OPER_INFER	Passo do Feijó/União
ALV06 SUMARÉ	OPER_INFER	Sumaré/Americana
CACH02 VISTA ALEGRE	OPER_INFER	OP7 Vista Alegre
CAN12 FÁTIMA	OPER_INFER	Fátima/Mato Grande
ESTE102 CLARET	OPER_INFER	Parque Claret/Parque Primavera/Santo Antônio
GRAVAT02 PQ FLORIDO/CENTRAL	OPER_INFER	OP3 Parque Florido/OP13 Central
GUA102 COHAB	OPER_INFER	COHAB/Jardim Santa Rita
SLEO01 VICENTINA	OPER_INFER	Vicentina/São Miguel;São João Batista (parte)
SLEO02 SCHARLAU	OPER_INFER	Scharlau/Campina

Código das AEDs	Tipologia	Localização
SLEO04 FEITORIA	OPER_INFER	Feitoria
SLEO07 SANTOS DUMONT	OPER_INFER	Santos Dumont/Rio dos Sinos
SAPUC01 CAPÃO DA CRUZ	OPER_INFER	Capão da Cruz
SAPUC02 VARGAS	OPER_INFER	Vargas/Camboim/Nova Sapucaia/Walderes
ARARICA 01	OPER_TRADIC	Município ARARICA
CAMPO BOM 01	OPER_TRADIC	Município CAMPO BOM
CAPELA DE SANTANA 01	OPER_TRADIC	Município CAPELA DE SANTANA
DOIS IRMÃOS 01	OPER_TRADIC	Município DOIS IRMAOS
ESTÂNCIA VELHA 01	OPER_TRADIC	Município ESTANCIA VELHA
IVOTI 01	OPER_TRADIC	Município IVOTI
NOVA HARTZ 01	OPER_TRADIC	Município NOVA HARTZ
NHAM01 CANUDOS1	OPER_TRADIC	Canudos (parte)
NHAM02 CANUDOS2	OPER_TRADIC	Canudos (parte)
NHAM03 MAUÁ	OPER_TRADIC	Mauá/Canudos (parte-Horto Municipal)
NHAM04 SÃO JORGE	OPER_TRADIC	São Jorge
NHAM06 DIHEL	OPER_TRADIC	Dihel/Roselândia
NHAM07 SANTO AFONSO	OPER_TRADIC	Santo Afonso
NHAM09 LOMBA GRANDE	OPER_TRADIC	Lomba Grande
NHAM10 CANUDOS3	OPER_TRADIC	Canudos (parte-Aeroclube)
NHAM11 RONDÔNIA	OPER_TRADIC	Rondônia/Boa Vista
NHAM15 BOA SAÚDE	OPER_TRADIC	Boa Saúde/Petrópolis
PAROBE 01	OPER_TRADIC	Município PAROBE
PORTÃO 01	OPER_TRADIC	Município PORTAO
SANTPA01 URBANO	OPER_TRADIC	Parte urbana
SAPIRO1 CENTRO	OPER_TRADIC	Centro/Piquete
SAPIRO2 SÃO LUIZ	OPER_TRADIC	São Luiz/Santa Fé/Quatro Colônias
SAPIRO3 VILA NOVA	OPER_TRADIC	Vila Nova/Amaral Ribeiro
SAPIRO4 CENTENÁRIO	OPER_TRADIC	Centenário/Oeste
TAQUARA 01	OPER_TRADIC	Município TAQUARA
CACH03 TANCREDO NEVES	OPERARIO	OP5 Parque Tancredo Neves/Granja Esperança/Fátima
CAN03 JD. ATLÂNTICO	OPERARIO	Jardim Atlântico/Estância Velha
CHARQUEADAS 01	OPERARIO	Município CHARQUEADAS
ESTEIO4 PQ. EXPOSIÇÕES	OPERARIO	Parque de Exposições/Teópolis/Parque Amador
GRAVAT01 COHAB/S. JERÔNIMO	OPERARIO	OP4 COHAB A/OP14 São Jerônimo
GRAVAT05 SÃO VICENTE	OPERARIO	OP15 São Vicente
GRAVAT09 CENTRO 2	OPERARIO	OP5 Centro (parte)
SLEO05 PINHEIRO	OPERARIO	Pinheiro/Fazenda São Borja/Santo André
SLEO06 UNISINOS	OPERARIO	Campus UNISINOS/Duque de Caxias/Santa Tereza/Jd. América/São João Batista (parte)
SLEO08 BOA VISTA	OPERARIO	Boa Vista/Arroio Manteiga
SAPUC03 CENTRO	OPERARIO	Centro/São José
SAPUC04 BOA VISTA	OPERARIO	Boa Vista/Ipiranga/Jardim América/Lomba da Palmeira
SAPUC05 COHAB	OPERARIO	COHAB/São Jorge/Colonial
ALV03 MADEPINHO	POPULAR	Parque Madepinho/São Francisco
ALV04 TORDILHO	POPULAR	Chácara do Tordilho/Formosa/Três Figueiras/Intersul
ALV05 STELLAMARIS	POPULAR	Stella Maris/Aparecida
ALV07 SALOMÉ	POPULAR	Salomé
ALV09 ESTGRANDE	POPULAR	Distrito Estância Grande
CACH01 NOVA CACHOEIRINHA	POPULAR	OP8 Nova Cachoeirinha
CACH06 RESID. RITTER	POPULAR	OP6 Residencial Ritter/Moradas do Bosque/Sítios

Código das AEDs	Tipologia	Localização
CAN02 RIO BRANCO	POPULAR	Rio Branco/Niterói (parte)
CAN04 OLARIA	POPULAR	Olaria/Planalto Canoense; Guajuviras (parte)
CAN05 GUAJUVIRAS	POPULAR	Guajuviras
CAN06 S. OPERÁRIO	POPULAR	Santo Operário/Matias Velho (parte)
CAN07 CINCO COLÔNIAS	POPULAR	Cinco Colônias; Natal/Santo Operário (parte)
CAN08 NATAL	POPULAR	Natal/Matias Velho (parte)
CAN13 HARMONIA	POPULAR	Harmonia/Matias Velho (parte)
CAN14 MATIAS VELHO	POPULAR	Matias Velho/ Industrial
ELDORADO DO SUL 01	POPULAR	Município ELDORADO DO SUL
GRAVAT06 ITACOLOMI	POPULAR	OP9 Itacolomi
GRAVAT10 PARQUE DOS ANJOS	POPULAR	OP6 Parque dos Anjos
GUA101 COLINA	POPULAR	Morada da Colina/Pedras Brancas/Parque 35/Columbia City
NOVA SANTA RITA 01	POPULAR	Município NOVA SANTA RITA
POA01 AGRONOMIA	POPULAR	Agronomia
POA12 LOMBA DO PINHEIRO	POPULAR	Lomba do Pinheiro
POA17 RESTINGA	POPULAR	Restinga
POA22 SÃO JOSE	POPULAR	São José
POA24 FARRAPOS	POPULAR	Farrapos
POA27 MÁRIO QUINTANA	POPULAR	Mario Quintana
POA40 PONTA GROSSA	POPULAR	Ponta Grossa/ Chapéu do Sol/Lageado/Lami
VIAM03 VOLTA DA FIGUEIRA	POPULAR	OP7 Região Volta da Figueira/OP9 Região Centro
VIAM08 PASSO DORNELES	POPULAR	OP3 Região Passo Dorneles
VIAM10 VIAMÓPOLIS	POPULAR	OP4 Região Viamópolis
POA10 INDEPENDÊNCIA	SUPERIOR	Independência
POA16 PETROPOLIS	SUPERIOR	Petrópolis
POA33 HIGIENÓPOLIS	SUPERIOR	Higienópolis/Boa Vista
POA41 TRISTEZA	SUPERIOR	Vila Assunção/Tristeza/Vila Conceição
POA42 IPANEMA	SUPERIOR	Pedra Redonda/Ipanema/Espírito Santo/Guarujá
POA45 BOM FIM	SUPERIOR	Bom Fim/ Farroupilha
POA46 MOINHOS DE VENTO	SUPERIOR	Auxiliadora/ Mont Serrat/Moinhos de Vento/ Bela Vista
POA47 RIO BRANCO	SUPERIOR	Rio Branco/Sta. Cecília
POA48 TRÊS FIGUEIRAS	SUPERIOR	Três Figueiras/Chacara das Pedras/Vila Jardim

Fonte das informações: IBGE, informações locais.

